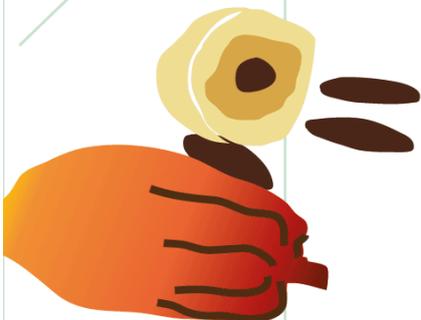
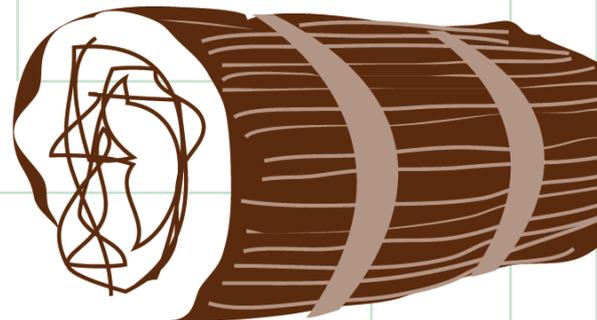
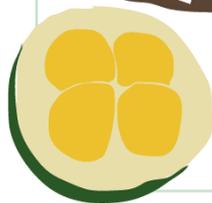
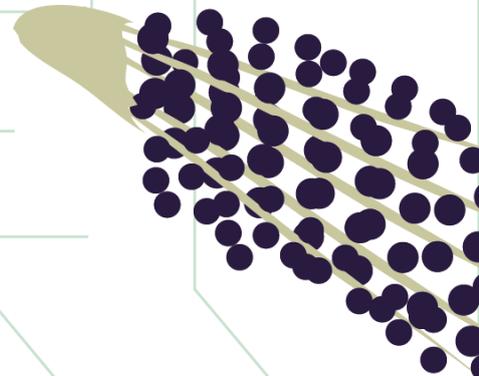
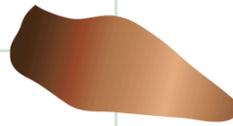
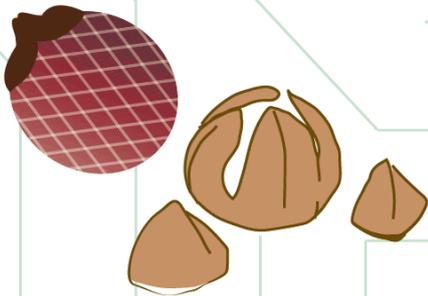
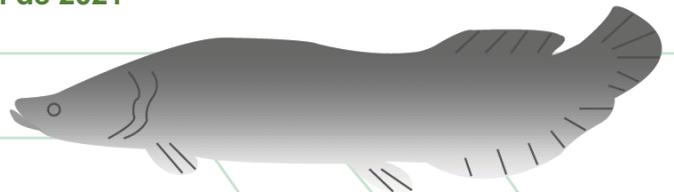


BOLETIM da

Sociobiodiversidade

VOLUME 5. Número 01. Abril de 2021



BOLETIM da

Sociobiodiversidade

VOLUME 5. Número 01. Abril de 2021

Diretoria de Política Agrícola e Informações – DIPAI
Superintendência de Estudos Agroalimentares e da Sociobiodiversidade – SUEAS

ISSN 2527-1598

B. Sociobiodiversidade, v. 5, n. 1, pg. 1-24, Brasília, Abril de 2021

Disponível também em: <<http://www.conab.gov.br>>

Depósito Legal junto à Biblioteca Josué de Castro

Impresso no Brasil

ISSN: 2527-1598

O Boletim da Sociobiodiversidade é uma publicação mensal da Companhia Nacional de Abastecimento cujo objetivo é apresentar informações de biomas brasileiros, conjunturais de mercado de produtos da sociobiodiversidade e o relatório de operações executadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade.

Supervisão: Ênio Carlos Moura de Souza e Marisson de Melo Marinho

Elaboração: Ênio Carlos Moura de Souza, Ana Rita Lopes Farias Freddo, Florence Rios Serra, Humberto Lôbo Pennacchio, Regina Célia Gonçalves Santos e Frederico Cabral de Menezes

Colaboração: Matheus Rodrigues Alves Sousa, Samuel Ozeias Alves, Tiane Franco Barros Mangueira Farias e Ana Paula Cordeiro (Sureg PB)

Projeto gráfico: Guilherme Rodrigues.

Normalização: Narda Paula Mendes – CRB-1/562, Thelma Das Graças Fernandes Sousa - CRB-1/1843

Catálogo na publicação: Equipe da Biblioteca Josué de Castro

631:502(81)(05)

C737b

Companhia Nacional de Abastecimento.

Boletim da Sociobiodiversidade / Companhia Nacional de Abastecimento. –
v. 5, n.1 (2017- 2021). - Brasília: Conab, 2017- 2021

Mensal

ISSN: 2527-1598

1. Biodiversidade. 2. Agronegócio. I. Título

Distribuição:

Companhia Nacional de Abastecimento

SGAS Quadra 901 Bloco A Lote 69, Ed. Conab - 70390-010 – Brasília – DF

(61) 3312-2246

<http://www.conab.gov.br>

Conab.geafs@conab.gov.br

ARTIGO EM DESTAQUE: Subvenção na Paraíba.....	6
CONJUNTURAS DE MERCADO	10
Açaí	11
Andiroba	11
Babaçu	11
Cacau	11
Macaúba.....	11
Mangaba	11
Murumuru	11
Pequi	11
Pirarucu de Manejo	11
Umbu.....	11



*Samuel Ozeias Alves
Matheus R. A. Sousa*

Artigo em Destaque: Subvenção na Paraíba

A Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) tem como premissa a proteção ao meio ambiente e busca contribuir com a redução do desmatamento no intuito de minimizar os efeitos das mudanças climáticas. Além da perspectiva ambiental, a Política busca garantir renda para as populações que se ocupam e utilizam da coleta extrativista dos frutos da sociobiodiversidade como condição de reprodução socioeconômica e cultural.

Com início da operação em 2015, a PGPM-Bio no estado da Paraíba apresentou crescimento em vários aspectos, sendo eles: quantidade de produto subvencionado, valor total de subvenção paga, extrativistas beneficiados e municípios atingidos. Além desses pontos, aumentou-se o número de produtos com o início da operação do umbu em 2018, beneficiando a região semiárida do estado.

Os objetivos deste texto são:

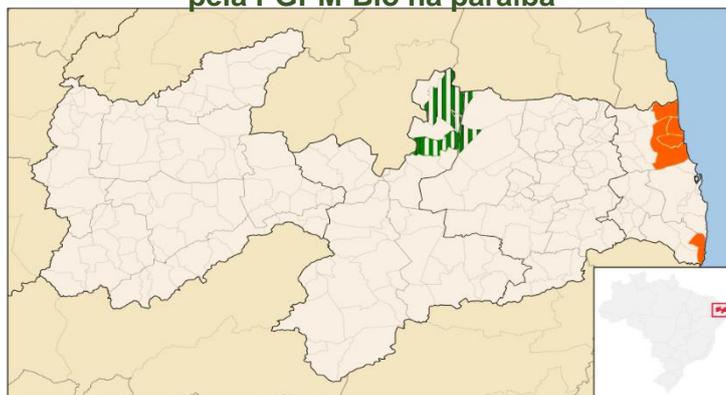
- Analisar os dados da PGPM-Bio no estado da Paraíba.
- Comparar os dados de subvenção dos anos que ocorreram subvenção da Política no estado;
- Examinar o perfil dos extrativistas participantes da Política.

1) A PGPM-Bio na Paraíba

A PGPM-Bio garante o preço mínimo para dezessete produtos em todo o Brasil, tais como babaçu (amêndoa), pequi, pinhão, entre outros. No estado da Paraíba há dois produtos contemplados, a mangaba e o umbu. O primeiro tem incidência na mesorregião da Mata Paraibana, localizada na parte litorânea do estado e o segundo na Borborema, localizada no Semiárido paraibano.

A Conab é executora da PGPM-Bio, que apoia a comercialização desses produtos e o desenvolvimento das comunidades extrativistas, por meio da Subvenção Direta do Produtor Extrativista (SDPE), que consiste no pagamento de um bônus quando ocorre a venda do produto por preço inferior ao mínimo fixado pelo Governo Federal. A figura 01 demonstra os municípios beneficiados na Paraíba.

Figura 01 - Mapa dos municípios beneficiados pela PGPM-Bio na Paraíba



Fonte: Conab

Outros dois potenciais produtos para ingresso na política estão em fase de estudos, são eles: cajá e castanha de caju.

2) Subvenção à mangaba

Na Paraíba, a PGPM-Bio teve os seus primeiros pagamentos no ano de 2015, neste ano a comunidade indígena dos Potiguaras, localizada nos municípios de Baía da Traição, Rio Tinto e Marcação, foi beneficiada com R\$ 175 mil em subvenção. Nos anos de 2016, 2017 e 2018 os valores evoluíram significativamente para R\$ 374,84 mil, R\$ 439 mil e R\$ 1.243 mil, respectivamente.



Com o trabalho constante da equipe da Conab na Paraíba com a divulgação e a orientação da Política, o número de extrativistas beneficiados apresentou evolução com a inserção das comunidades Quilombolas situadas nos municípios do Conde e Pitimbu.

O ano de 2019 foram 622 contemplados com um valor de R\$ 1,117 milhões e para o ano de 2020, 653 beneficiários com um total de subvenção de R\$ 937,75 mil, ano este caracterizado com o

maior número de beneficiários da Política de Garantia do Preço Mínimo dos Produtos da Sociobiodiversidade no estado da Paraíba.

Quando se comparam os valores totais pagos em subvenção, observa-se que o aumento foi de 605%, passando de R\$ 175,73 mil em 2015 para R\$ 1.238,88 mil em 2018, ano que ocorreu a

maior quantia paga de subvenção, pois além dos Potiguaras, houve pagamento de subvenção às outras comunidades situadas do Litoral Sul do estado.

Esse incremento se deu ao fato da maior participação de extrativistas; do aumento em 2018; do limite de subvenção, que passou de R\$ 2.000 para R\$ 3.000; e do aumento do preço mínimo, que foi superior ao aumento do preço de venda do produto. O gráfico 1 demonstra a evolução da subvenção da mangaba no estado.

Foram realizados custos de produção em três oportunidades, a primeira em 2015 na Baía da Traição, localizada na microrregião do Litoral Norte, e outras duas no ano de 2018, retornando à Baía da Traição para atualização do pacote tecnológico dos custos, e no Conde, a fim de abranger outros municípios produtores do fruto, localizados na microrregião do Litoral Sul.

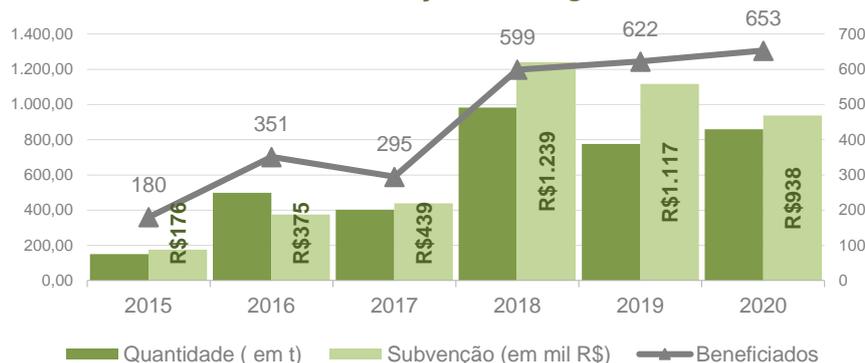
3) Subvenção ao umbu

Segundo pesquisas da Embrapa Semiárido (SANTOS et al., 2005), o umbuzeiro é uma das principais frutíferas nativas do Trópico Semiárido Brasileiro e o melhor exemplo de sobrevivência de uma espécie do Bioma Caatinga. Pela sua adaptação e aproveitamento secular, tem desempenhado importante papel agrossocioeconômico para as populações do semiárido.

A Conab na Paraíba iniciou os trabalhos de divulgação da Política em 2014, através diversos eventos realizados tanto em sua Sede, quanto em municípios com potencial produtivo do fruto, dentre eles Sumé, Picuí e Cubati, além de visitas técnicas para auxiliar no cadastramento e documentação dos extrativistas e Reunião para mensuração dos custos de produção inerentes ao extrativismo do umbu.

Foram realizadas pesquisas para mapear a região produtora e identificar a estrutura comercial utilizada pelos extrativistas e atravessadores para efetuar as transações. Após a identificação dos principais municípios produtores do fruto, a Conab realizou diversos eventos de divulgação e

Gráfico 1 - subvenção da mangaba - PB





orientação da Política, além de painéis para os levantamentos dos custos de produção, realizados nas cidades de Picuí em 2017 e Sumé em 2018.

A Subvenção do umbu teve seu início em 2018, quando a Conab esteve presente na microrregião do Seridó Oriental paraibano para auxiliar os extrativistas na organização da documentação necessária para participar da PGPM-Bio. No ano de 2018 aconteceu a primeira operação. Foram subvencionados R\$ 50,68 mil distribuídos entre 105 extrativistas residentes nos municípios de Picuí, Pedra Lavrada e Sossego.

Em 2020, houve um acréscimo de 20,18% no total de beneficiados e 47,44% no total de subvenção paga, ultrapassando os R\$ 123.357, distribuídos a 137 extrativistas. Esse aumento se deve às sucessivas elevações do preço mínimo desde 2018, definido com referência ao custo de produção e outros fatores de mercado, além da maior credibilidade da política por parte dos produtores, após pagamentos realizados no ano anterior.

4) Perfil dos beneficiários

Ao analisar o perfil dos extrativistas contemplados, nota-se que as mulheres foram a maioria dos beneficiários desde o primeiro ano de operação da Política no estado da Paraíba, englobando os dois produtos subvencionados.

No ano de 2015 houve a maior proporção de mulheres participantes, no total de 62%. Já no ano seguinte, atingiu o menor nível, com 52% da participação, mas ainda assim continuou com a maior proporção. A média do período é de 58% para mulheres e 42% para homens. Essa característica de maior participação feminina se deve ao fato cultural de que o homem trabalha em outras atividades e a coleta do fruto é realizada pelas mulheres como uma forma de adquirir um rendimento extra como atividade não regular.

5) Considerações finais

Acredita-se que o efetivo cadastramento dos agroextrativistas possa contribuir para o incremento e a motivação no desenvolvimento da atividade e, assim, trazer efetividade às políticas de preservação ambiental, inclusive com a renovação das áreas produtivas com novas plantas, dado o envelhecimento das árvores nativas, que exigem a implementação de manejo adequado. Além

Gráfico 2 - Subvenção do umbu - PB

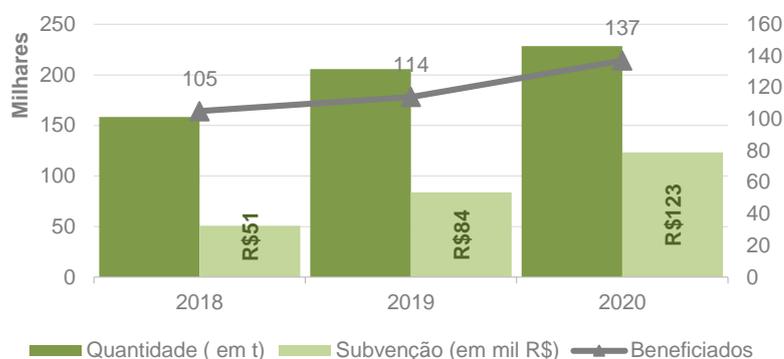
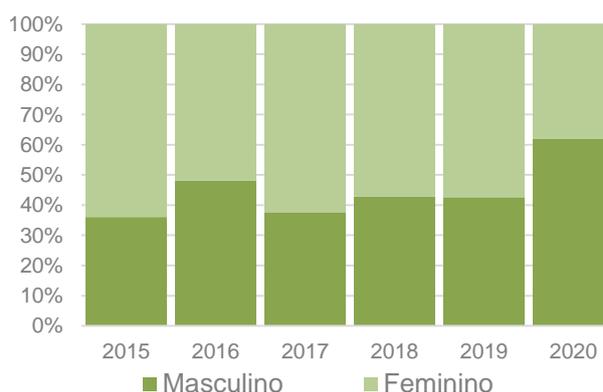


Gráfico 3 - Perfil dos Beneficiários





disso, espera-se o incremento na renda do produtor extrativista, dado que muitas vezes o valor da subvenção é maior do que o valor adquirido pela venda do produto.

Com base nas informações e estratégias difundidas, vislumbra-se a consolidação do acesso dos agroextrativistas à SDPE, considerada de uma grande oportunidade, tanto comercial quanto na difusão de conhecimento junto aos parceiros e aos extrativistas.

No caso específico, a efetiva contribuição da Conab na construção desse processo tem se extrapolado para além da implantação da PGPM-Bio, mas também é representado ao somar esforços junto às instituições para que a execução dessa política de resgate das culturas da sociobiodiversidade no Nordeste brasileiro, abrindo espaço de comercialização em todo o país.

Por oportuno, registra-se os novos desafios apresentados por uma gama de estudiosos para resgatar e desenvolver essas culturas, não obstante os grandes esforços e excelentes resultados alcançados nos últimos quinze anos de pesquisa, a saber: manejo de área de extrativismo para o aumento da eficiência e sustentabilidade; e o incentivo para a manutenção e ampliação das áreas de produção e coleta extrativista.

Enfrentar esses desafios e alcançar os bons resultados representa impactar na geração de renda e emprego, contribuir para a manutenção das famílias dos agricultores em suas atividades no campo e recuperar e preservar áreas degradadas.

6) Referências bibliográficas

C. A. F. SANTOS; N. B. CAVALCANTI; C. E. S. NASCIMENTO; F. P. ARAÚJO; J.M.P. LIMA FILHO; J. B. ANJOS; V.R. OLIVEIRA. Umbuzeiro: pesquisas, potenciais e desafios. Embrapa Semiárido - Capítulo em livro técnico (INFOTECA-E), p. 69-81, Petrolina/PE, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html?=&t=o-que-e>. Acessado em 31 de agosto de 2020.

COMPANHIA NACIONAL DA ABASTECIMENTO (Conab). Sistema de Subvenção da Sociobiodiversidade. Brasília, 2020



Conjunturas de Mercado

A Conab é conhecida pela sua interação com as cadeias produtivas do agronegócio e da sociobiodiversidade. A tradição em levantar informações de qualidade sobre os diversos mercados, relacionados ao campo de atuação da empresa, e as análises conjunturais são reconhecidas pelos diferentes públicos e demais esferas do governo.

Nessa sessão, os técnicos da companhia analisam os dados de mercado dos produtos da sociobiodiversidade com foco no mês que se passou e trazendo elementos que podem ser úteis na análise do mês que está por vir.

Estes produtos fazem parte da Política de Garantia de Preços Mínimos para a Sociobiodiversidade e a análise desses mercados corrobora para o aprimoramento das políticas públicas voltadas a esse segmento, além de subsidiar com informações os atores envolvidos nas respectivas cadeias produtivas.



AÇAÍ

1) Introdução

O açazeiro é uma palmeira tropical, encontrada na Amazônia em florestas de terra firme, várzea e iguapós. É um dos produtos florestais que tem apresentado maior evolução da cadeia e crescimento na produção, com grande valorização no estado e fora dele, sendo que a cadeia de valor do fruto vem adquirindo novos contornos nas últimas décadas rumo a “comodotização” e financeirização do fruto. O consumo do açai sempre fez parte da dieta de povos tradicionais da região amazônica, porém, a expansão do mercado de açai, por seu consumo estar ligado a nutrição saúde e alimentação natural, ocorre desde dos anos 90, com o ganho contínuo do mercado a nível nacional e internacional.

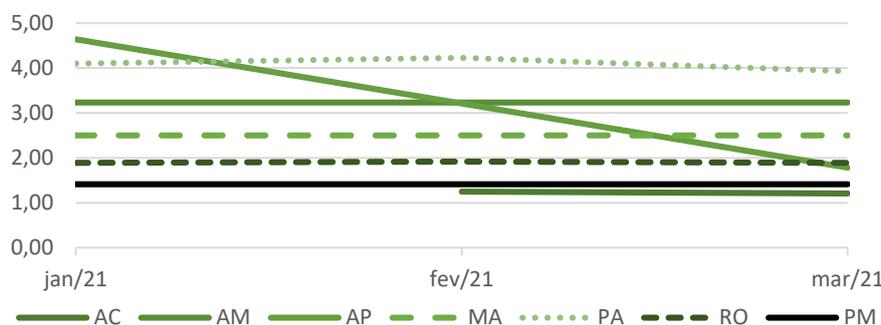
2) Mercado

No Amazonas, a produção da safra 2021 pode superar a de 2020, segundo analistas da Conab no Estado. Exemplo de tal fato vem de uma importante cooperativa de Manicoré, que tem batido cerca de 100 sacas de 16 kg por dia. Segundo a gerente da cooperativa, os compradores de açai têm conseguido comercializar cerca de 200 a 300 sacas por viagem, chegando a 500 sacas em algumas ocasiões.

Quadro 1 – Preços (R\$)						
UF	Mar/20	Fev/21	Mar/21	Var. Anual	Var. Mensal	Preço Mínimo
AC	1,17	1,25	1,21	3%	-3%	1,41
AM	1,39	3,23	3,23	132%	0%	
AP	2,07	3,21	1,78	-14%	-45%	
MA	3,77	2,5	SI	-100%	-100%	
PA	3,87	4,23	3,93	2%	-7%	
RO	1,8	1,92	1,89	5%	-2%	

A demanda por açai se intensificou bastante nos últimos dois meses no estado do Amazonas, e o preço do fruto apresentou alta quando comparado com o mesmo período do ano anterior, chegando a R\$ 62,00 a saca. Nesse cenário, a demanda do mercado tem sido o agente determinante dos preços. O cenário descrito para a região de Manicoré, está sendo repetido nos demais municípios produtores do estado.

Gráfico 1 - Preços pagos ao produtor (R\$/kg)



Em Boca do Acre, na região de Juruá, efluente do Solimões, conforme informações de produtores locais, a produção está boa e o escoamento ocorre sem dificuldade. Contudo, o preço do açai na região está menor em relação a outros municípios amazonenses.

Fonte: Conab

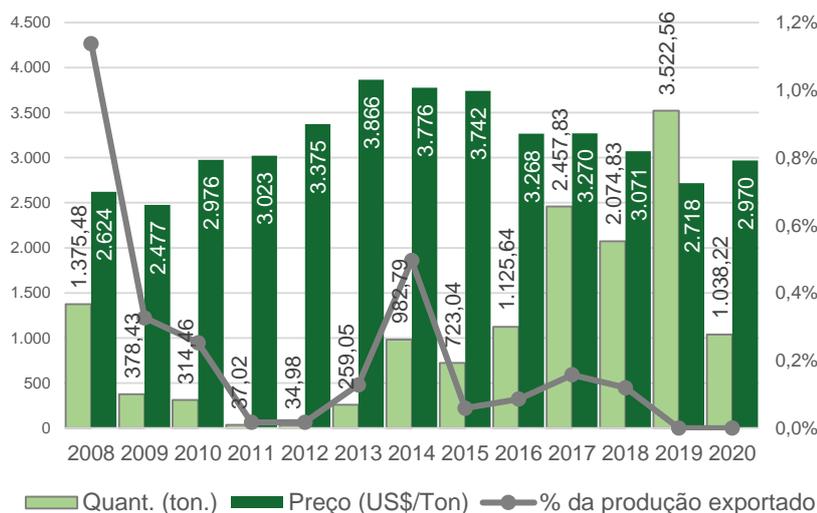
No Amapá, segundo produtores da ilha de Bailique, região de Macapá, a safra está no início, mas já existe bastante produto na praça. Os preços praticados no estado têm sofrido queda nos últimos meses, mas espera-se recuperação nas próximas semanas no estado.



Em Rondônia, a percepção que se tem, segundo técnico da Conab no estado, é que a pandemia causou uma desmotivação na cadeia produtiva, refletindo pequena queda nos preços nos últimos 12 meses, porém queda significativa em relação a períodos anteriores a pandemia.

3) Exportações

Gráfico 2 - Volume e valor da exportação



Os dados mostram um aumento no quantitativo exportado ao longo do período avaliado, com pontos de inflexão de 2015 e 2018. O percentual em relação à produção nacional apresentou um comportamento oscilatório no mesmo período indicando que o aumento da exportação ocorreu nas mesmas proporções que o incremento na produção. Contudo, não é possível inferir que o aumento da demanda externa é um dos principais motivadores do crescimento da produção brasileira de açaí.



ANDIROBA

1) Introdução

A andiroba (*Carapa guianensis*) é uma árvore nativa da região amazônica, presente em especial nos Estados do Pará e Amazonas, sendo encontrada em várzeas e áreas alagáveis. Pertence à mesma família do mogno e cedro, com a madeira considerada nobre e muito valorizada por sua qualidade na manufatura de produtos em geral. É uma espécie de múltiplo uso, tanto madeira, como o óleo extraído das sementes (um dos mais comercializados na Amazônia), dois subprodutos de maior importância.

2) Mercado

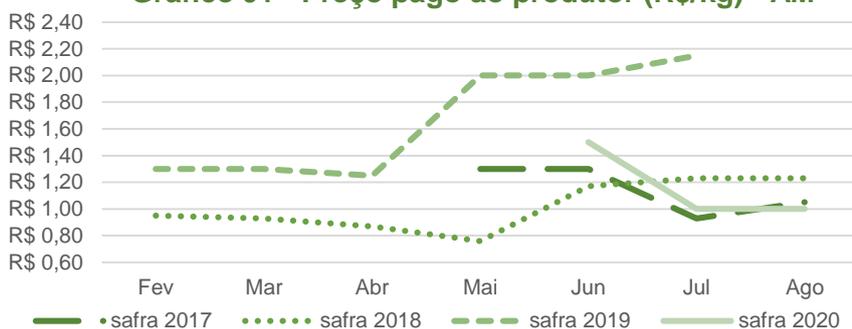
Os preços recebidos pelo produtor extrativista, pela amêndoa de andiroba nos estados do Amazonas e Pará (Quadro 1), apresentaram variações positivas, nos períodos analisados.

Quadro 1 - Preços (R\$)					
UF	Mar/20	Fev/21	Mar/21	Var. Anual	Var. Mensal
AM	SI	SI	1,75	SI	SI
PA	0,60	0,69	0,75	25%	8,7%

Fonte: Conab

A principal característica do mercado deste produto é a fragilidade na atividade de comercialização, quando observado sob a ótica da relação produtor extrativista – indústria consumidora, uma vez que esta relação é norteadada pela demanda do subproduto da amêndoa – o óleo, sendo a indústria o elo mais organizado da cadeia e portanto com maior poder de barganha, frente às

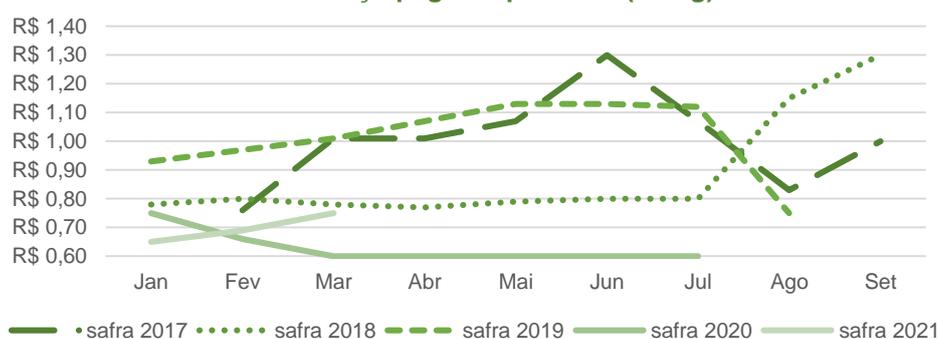
Gráfico 01 - Preço pago ao produtor (R\$/kg) - AM



cooperativas e associações das comunidades coletoras.

Outra questão a ser observada diz respeito à ausência de preços em alguns períodos do ano, época em que não há coleta, uma vez que a mesma ocorre entre os meses de janeiro e julho e dependendo da região inexistente a comercialização do produto e, portanto referência de preços no período, reforçando a condição de fragilidade da cadeia produtiva relatada anteriormente.

Gráfico 02 - Preço pago ao produtor (R\$/kg) - PA





3) Produção:

A época de coleta do produto, ocorre entre os meses de janeiro a julho. A safra em curso no estado do Pará, segundo fontes locais, apresenta-se com desempenho inferior à do ano anterior e nestes primeiros três meses é denominada de “mini safra”. Justamente por este motivo, verifica-se no estado uma movimentação altista dos preços, ocasionada pela pequena oferta do produto no período em questão. A expectativa é de que a partir de abril haja uma melhora na coleta, com oferta de volumes maiores. No estado do Amazonas, a situação é bem distinta, uma vez que desde a paralização da comercialização, com o agravamento da crise sanitária causada pelo Covid-19, causou o fechamento de uma usina de beneficiamento no município de Manaquiri, desestimulando por completo a atividade na região. Nos demais municípios produtores, como Carauari e Manicoré a coleta ocorreu, mas somente para o consumo local, processamento artesanal e no caso de Carauari, para honrar contrato de fornecimento com uma única empresa demandante.



BABAÇU

1) Introdução

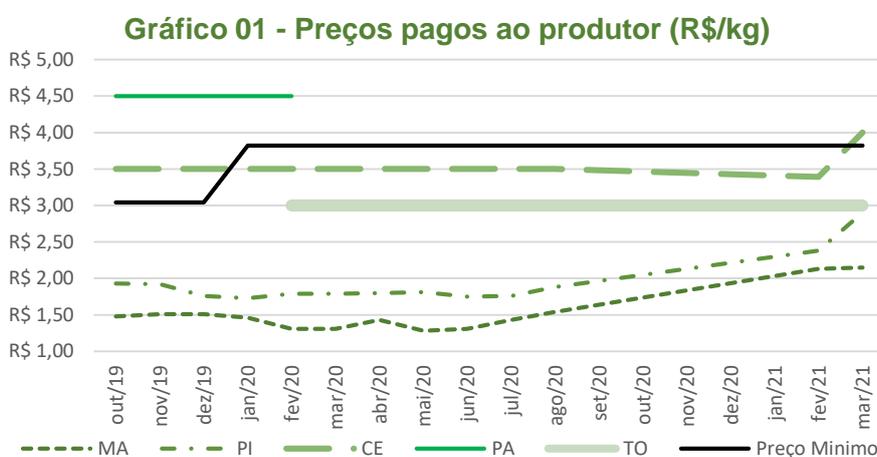
O babaçu (*Orbignya phalerata*) é uma palmeira encontrada em várias áreas da América Latina sendo que no Brasil ocorre principalmente no Mato Grosso, Tocantins, Maranhão, Pará e Piauí. O coco dessa palmeira é usado das mais variadas maneiras, sendo aproveitadas praticamente todas as partes dele, contudo, a amêndoa é a parte que desperta maior interesse, de onde é extraído o óleo de babaçu, é um dos produtos que despertam maior interesse, sendo utilizado amplamente pelas comunidades onde se encontram os babaçuais.

2) Mercado

Fatores relacionados a redução da mão de obra e outros que levam a diminuição ano a ano da capacidade produtiva da amêndoa de babaçu, como as queimadas dos babaçuais e a “privatização” das terras impedindo as quebradeiras de coco o acesso à palmeira, tem resultado na queda consistente da oferta nos últimos anos. Como consequência os preços tem registrado alta.

UF	Mar/20	Fev/21	Mar/21	Var. Anual	Var. Mês	Preço Mínimo
CE	3,50	3,39	4,00	14%	18%	3,82
MA	1,31	2,13	2,15	64%	1%	
PI	1,80	2,38	2,90	61%	22%	
TO	3,00	3,00	3,00	0%	0%	

Fonte: Conab



Dado esse cenário, as perspectivas para a cadeia produtiva como um todo não são favoráveis. A solução passa por investimentos em subprodutos do coco capazes de competir em mercados adequados, os quais remuneram produtos de origem florestal com viés de preservação.

3) Ação Governamental

O ano de 2020 foi recorde em valor pago de subvenção para as quebradeiras de coco babaçu. O percentual da produção subsidiada em 2020 foi de 7,8% do total da produção nacional do babaçu.





Humberto L. Pennacchio



CACAU

1) Introdução

O cacauieiro (*Theobroma cacao*) planta milenar que dá origem ao fruto chamado cacau. Originário da floresta Amazônica é matéria-prima para obtenção do chocolate, por meio da torra e moagem das suas amêndoas secas em processo industrial ou caseiro. Outros subprodutos obtidos a partir do cacau são: polpa, suco, geleia, licor e sorvete.

2) Mercado

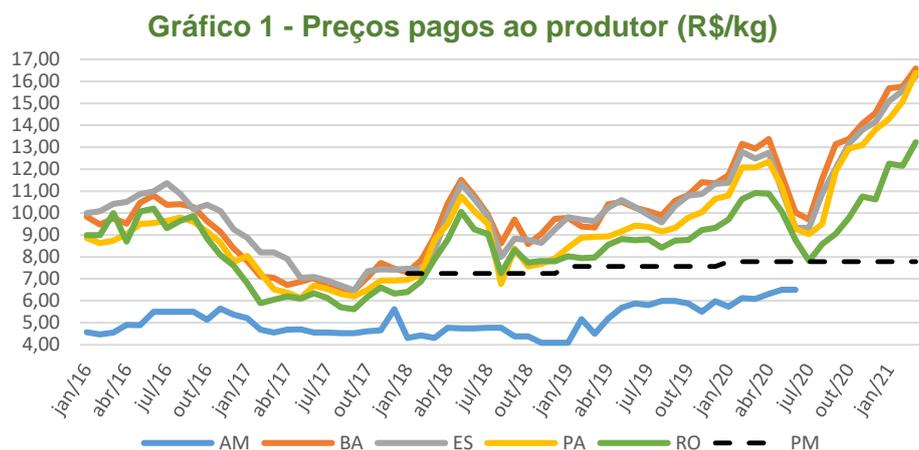
Os preços recebidos pelo produtor extrativista está diretamente relacionado, principalmente, a dois fatores. O primeiro refere-se à quantidade produzida, que por ser pequena, reflete nos altos custos para produzir. O segundo ponto é o curso logístico, pois os compradores necessitam fazer o transporte

Quadro 1 - Preços (R\$)					
UF	Mar/20	Fev/21	Mar/21	Var. Anual	Var. Mensal
AM	6,08	SI	SI	SI	SI
PA	12,08	15,08	16,39	36%	8,7%

Fonte: Conab

até os locais de processamento e, sendo assim, aplicam um deságio ao preço do produto na aquisição.

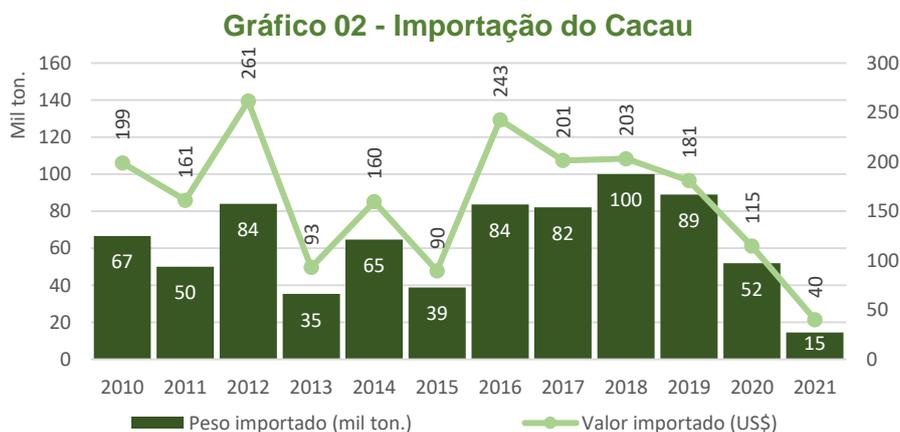
Grande parte da produção oriunda destas pequenas áreas, já tem destino certo, o mercado externo. O aumento da demanda aliado ao fator câmbio, tem contribuído fortemente para uma



melhora nos preços e, conseqüentemente, no aumento da remuneração do produtor extrativista.

3) Importação

O País ainda figura como um importador líquido de cacau em amêndoa, mas em contrapartida tem tradição na exportação de vários produtos processados de cacau, a saber: pasta de cacau, manteiga de cacau, gordura, óleo e cacau em pó, para vários destinos e com grande aceitação pelo mercado externo, o que permite às indústrias de processamento nacionais um bom posicionamento nestes mercados.





Humberto L. Pennacchio



MACAÚBA

1) Introdução

Proveniente de clima tropical, a Macaúba (*Acrocomia aculeata*) é uma palmeira facilmente encontrada no território brasileiro, também conhecida como Bocaiuva, macaíba, coco-baboso entre outros. Podendo chegar a 15 metros de altura, é uma árvore importante para manutenção da fauna nativa pois seus frutos servem de alimento para araras, emas, capivaras, cotias, antas e emas. Sua utilização de mercado está, principalmente, no óleo da amêndoa.

2) Mercado

A alta no preço em março de 2021 em relação ao mesmo período do ano passado é reflexo das condições adversas de mercado causadas pela pandemia. Alguns compradores se desmobilizaram na região mineira levando a desmobilização também dos produtores. Com menos oferta os preços subiram. Na região de patos de Minas uma das saídas encontrada pelos produtores foi comercializar as sementes da macaúba, um subproduto do fruto.

Quadro 1 - Preços (R\$)					
UF	Mar/20	Fev/21	Mar/21	Var. Anual	Var. Mensal
CE	0,40	0,53	0,52	30%	-2%
MG	0,22	0,55	0,55	150%	0%

Fonte: Conab

Gráfico 01 - Preço ao produtor (R\$/kg) - MG

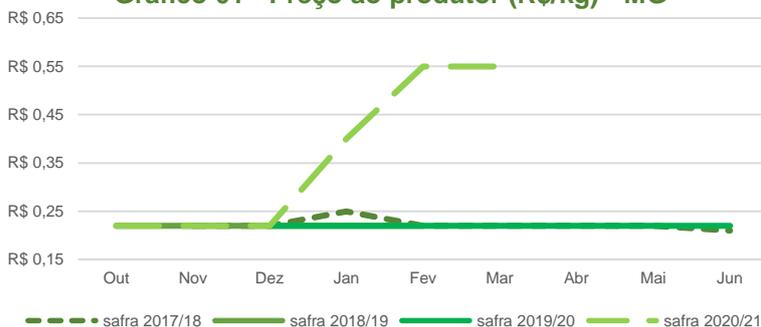
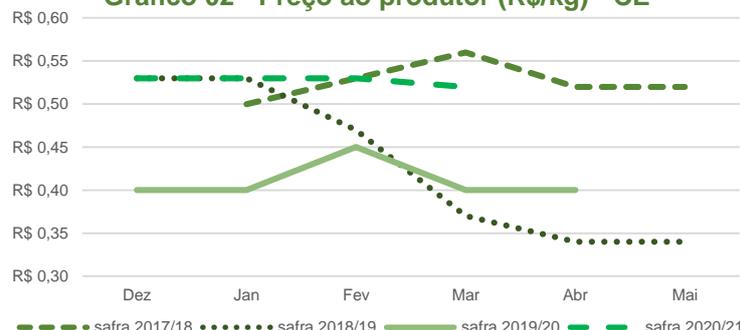


Gráfico 02 - Preço ao produtor (R\$/kg) - CE



3) Ação Governamental

A PGPM-BIO tem atuado como forma de incentivar a organização, estruturação e manutenção dos mercados locais, e tem sido de fundamental importância, para os dois estados produtores, Ceará e Minas Gerais. Em 2019 a subvenção atingiu 47,5% da produção total de macaúba, injetando na economia dos municípios produtores mais de R\$ 400 mil.

Já em 2020, com a paralisação da comercialização por força do COVI-19, este número sofreu uma queda abrupta, passando a R\$ 23 mil. Reflexo da queda na comercialização e elevação dos preços acima do mínimo.

Gráfico 03 - Pagamento de subvenção





MANGABA

Frederico Cabral De Menezes

1) Introdução

A mangaba é o fruto da mangabeira (*Hancornia Speciosa*), etimologicamente advém da língua tupi-guarani e significa “coisa boa de comer”. Essa espécie frutífera de distribuição ampla, ocorre nos Tabuleiros Costeiros, Baixada Litorânea e Cerrados do Brasil. Além do fruto, a planta produz látex, contudo o fruto é seu principal produto e será o mote deste boletim.

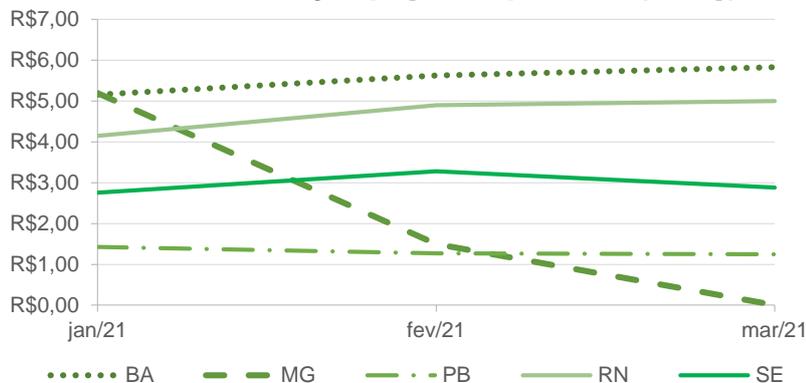
2) Mercado

Destaque para Minas Gerais que, em fevereiro, se encontrava em final de safra, o que levou os preços do fruto a um decréscimo vertiginoso, como explicado mais adiante, bem como para a Paraíba que, por outros motivos, permaneceu com os preços no mais baixo patamar. O comportamento dos preços nesses dois estados credencia os agricultores a pleitearem o subsídio da PGPM-Bio.

Quadro 1 - Preços (R\$)						
UF	Mar/20	Fev/21	Mar/21	Var. Anual	Var. Mensal	Preço Mínimo
BA	4,50	5,16	5,83	30%	13%	2,36
PB	1,78	1,43	1,25	-30%	-13%	
RN	3,75	4,15	5,00	33%	20%	
SE	2,77	2,76	2,88	4%	4%	
MG	1,20	1,50	SI	SI	Si	1,91

Fonte: Conab

Gráfico 1 - Preços pagos ao produtor (R\$/kg)



Em Minas, a safra teve seu auge em janeiro, quando a mangaba atingiu os preços mais altos, vez que no ponto alto da safra o fruto apresenta aparência mais atraente, características organolépticas mais agradáveis, atingindo os melhores parâmetros de qualidade nutricional, quando é muito apreciado para o consumo *in natura* e a procura pela indústria é maior, justificando maiores preços.

A crise causada pela pandemia afetou as duas principais regiões produtoras da Paraíba, os extrativistas do litoral norte, predominantemente indígenas potiguares situados na Baía da Traição, e os extrativistas do litoral sul, em Pitimbu, onde se situam assentamentos quilombolas. Com recuo da produção agroindustrial de polpas e a alta perecibilidade do fruto da mangaba, os produtores do Estado se viram compelidos a vender a produção a intermediários que sustentaram os preços em patamares baixos. Diante deste quadro, os extrativistas em questão se credenciam a pleitear os subsídios da PGPM-Bio.

Na Bahia, a produção de mangaba se destaca no município de Jandaíra, região litorânea de restinga, próxima à divisa com Sergipe. A maior dificuldade declarada por aqueles entes que se correlacionam com a Conab se refere ao preço do produto no mercado local. Segundo os agentes de informação, o valor gira em torno de R\$ 5,00 há alguns anos, sem sofrer reajuste. Somente em períodos de pouca oferta, como no caso de março deste ano, o valor apresenta alguma elevação.



MURUMURU

1) Introdução

A palmeira de pequeno porte e tronco espinhoso, *Astrocaryum murumuru*, é encontrada em toda região amazônica, compartilhando espaço com o açaí. Atualmente seu principal uso tem sido na indústria de cosméticos, com o uso óleo extraído das amêndoas do murumuru transforma-se em uma gordura semissólida, denominada manteiga de murumuru, empregada na fabricação de sabonetes, cremes e xampus e na indústria que empresas como a natura.

2) Mercado

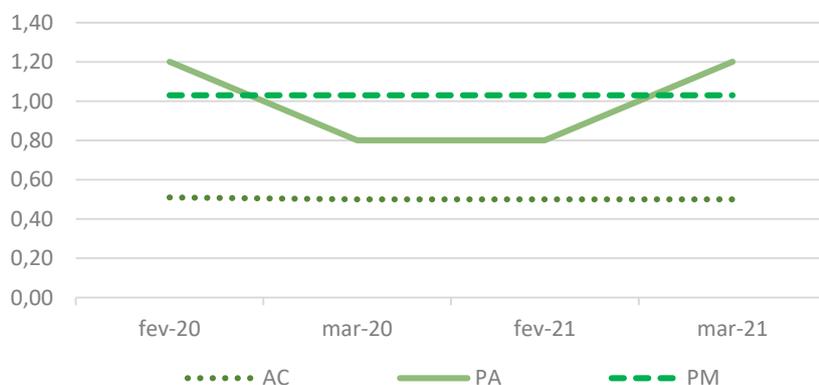
O produto mais comercializado pelo produtor é a amêndoa, isso após secagem. O murumuru é tido como uma das matérias primas de grande interesse para indústria da beleza. O volume de comercialização e os preços do murumuru têm sido altamente dependentes das atividades dessas empresas na região.

Quadro 1 - Preços (R\$)					
	Mar/20	Fev/21	Mar/21	Var. Anual	Var. Mensal
AC	0,50	0,50	0,50	0%	0%
AM	0,80	SI	SI	SI	SI
PA	1,20	0,80	0,80	-33%	0%

Fonte: Conab

Por questões de infraestrutura, logística e atividade de indústrias de interesse na região que também afetam os preços de outros produtos de cunho, o estado do Pará tem o maior preço recebido pago ao produtor.

Gráfico 1- Preços pagos ao produtor (R\$/kg)



Já no Pará, segundo relato de produtores da região de Cametá, a procura tem sido intensa e o produto tem escoado bem no estado, os produtores que conseguem vender a amêndoa seca tem conseguido preços em torno de R\$ 3,80. Segundo eles não houve oscilação no preço devido ao cenário de pandemia. A produção de murumuru ainda é baixa e para uma clientela

fidelizada, de uma setor, que ao contrário do alimentício por exemplo, pode não ser tão sensível aos impactos do cenário de pandemia.

3) Ação Governamental

A semente do murumuru compõe a pauta da PGPM-Bio desde 2018, e em 2020, pela primeira vez, subvencionou R\$ 6.000,00 para 6 extrativistas do estado do Pará.

Gráfico 2 - Subvenção





1) Introdução

Pequiá, grão-de-cavalo, suari e amêndoa-de-espinho são apenas alguns dos nomes populares da fruta mais conhecida como pequi. Nativo do Cerrado brasileiro, o pequi representa oportunidade de renda complementar as comunidades extrativistas inseridas neste bioma.

2) Mercado

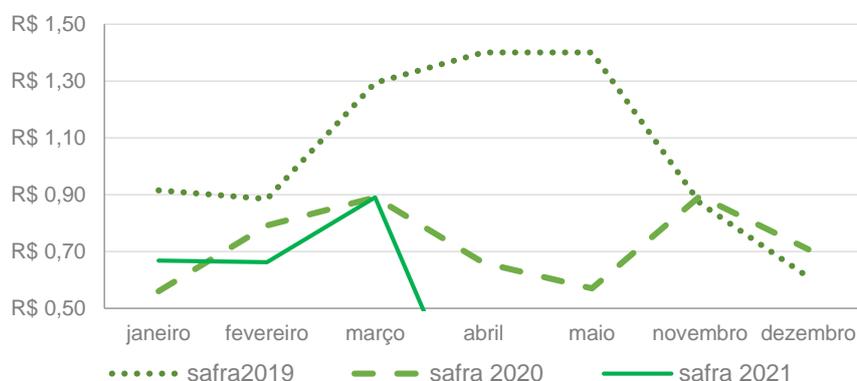
De um modo geral, o final do ano marca a entrada em safra do pequi que é encontrado, em maiores quantidades, até março. Em plena safra, as vendas de pequi caíram no Cariri devido à pandemia da Covid-19. Este ano, em um dos principais pontos de venda, na CE-292, vendedores e comerciantes relataram, em janeiro, redução em torno de 50% na demanda, apesar do preço mais baixo.

Quadro 1 – Preço (R\$)					
UF	Mar/20	Fev/21	Mar/21	Var. Anual	Var. Mensal
CE	1,65	0,39	1,26	-24%	223%
GO	0,45	0,59	0,60	33%	2%
MG	0,80	0,63	SI	SI	SI
MT	SI	0,98	0,97	SI	-1%
PI	0,57	0,72	0,73	28%	1%

Fonte: Conab

No estado mineiro, a safra 2020/2021 chegou no tempo certo e promete ser longa. Apesar do

Gráfico 01 - Preço pago ao produtor (R\$/kg)



pouco volume de chuvas, a produção não foi afetada, esperando-se pequis bem maiores e consistentes. Agora, no atual cenário da crise sanitária, a coleta do fruto está sendo considerada uma fonte complementar de renda para os feirantes e produtores da zona rural, além de ajudar bastante o comércio local.

O mercado do pequi é, na sua maioria, informal, formado por uma cadeia produtiva simplificada onde não apresenta indústrias, constituída de extrativistas e atravessadores diversos que manipulam de forma marginal os preços e a dinâmica produtiva. Junto a esse mercado, existem também as cooperativas que organizam parte da cadeia produtiva.

3) Ação Governamental

No exercício de 2020, as ações governamentais de enfrentamento da atual crise sanitária mundial, executadas pela Conab, se deram através do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, da Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade – PGPM-Bio e da Ação de Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos – ADA.

O PAA adquiriu cerca de 14,38 mil quilogramas de pequi, nos estados do Maranhão e Mato Grosso, quantitativo este entregue às instituições que atendem pessoas em insegurança alimentar e



nutricional, e repassou, aproximadamente, R\$ 14,4 mil a quinze associações de agricultores familiares, garantindo-lhes um complemento de renda (Quadro 2).

Já, em relação à PGPM-Bio, foram subvencionados, aproximadamente, 23,5 milhões de quilogramas de pequi, sendo pagos R\$ 7,35 milhões em subvenções a 3.017 extrativistas, deste total, excetuando-se os 110 extrativistas oriundos do município cearense de Porteiras, os demais são provenientes de municípios mineiros (Quadro 3).

Quadro 2 - Aquisições do PAA para o produto pequi

UF	Município org. fornecedora	Nome org. fornecedora	Valor (R\$)	Produto (kg)
MA	VIANA	Associação remanescente de quilombo da comunidade capoeira	1557,50	350,00
MA	VIANA	Grupo de agricultores familiares do povoado baias de Viana-MA	667,50	150,00
MA	BURITI	Associação comunitária do povoado Araças	2225,00	500,00
MA	ROSÁRIO	Associação dos moradores das terras de São Miguel	1335,00	300,00
MA	BARREIRINHAS	Associação comunitária do povoado Bom Passar	1335,00	300,00
MA	DAVINÓPOLIS	Assoc. Dos produtores rurais da agricultura familiar do povoado Mata Grande	6675,00	1500,00
MA	ROSÁRIO	União de moradores do distrito de Jenipapeiro	1072,45	241,00
MA	ROSÁRIO	Assoc. Dos pequenos agricult. Rurais quilombolas do povoado Boa Vista	890,00	200,00
MA	BARREIRINHAS	Associação dos produtores rurais de Santa Rita	3115,00	700,00
MA	MORROS	Associação dos moradores e pequenos produtores rurais do povoado Mirinzal	1001,25	225,00
MA	VIANA	Associação dos moradores do povoado centro do Antero Do Santeiro	979,00	220,00
MA	BACURI	Associação rural do povoado de Bitiua	3337,50	750,00
MT	NOVA GUARITA	Acrann Nova Guarita	1484,00	560,00
MT	RONDONÓPOLIS	Ass.povo korireu piji indigena bororo	5247,00	1980,00
MT	ALTO BOA VISTA	Associação pro-cidadania e desenvolvimento de alto Boa Vista - MT	16000,00	6400,00
TOTAL			46.921,20	14.376,00

Quadro 3 - Pagamentos de subvenção aos produtores extrativistas de pequi

UF	Município	Quant. (kg)	Valor (R\$)	Nº de Extrativistas
CE	Porteiras	500.206,00	129.875,36	110
MG	Araçuaí	1.388.021,00	416.406,30	148
MG	Berilo	59.158,00	17.747,40	6
MG	Bocaiúva	10.500,00	3.255,00	1
MG	Bonito de Minas	53.357,70	16.550,57	5
MG	Brasília de Minas	85.729,22	29.139,07	17
MG	Carai	8.995,00	2.698,50	1
MG	Claro dos Poções	227.490,61	48.136,20	18
MG	Coração de Jesus	1.626.761,03	493.727,51	190
MG	Grão Mogol	94.155,00	22.865,85	11
MG	Januária	84.117,06	22.615,19	16
MG	Japonvar	1.513.896,43	523.756,34	230
MG	Jenipapo de Minas	588.572,22	177.155,00	61
MG	José Gonçalves de Minas	9.970,00	2.991,00	1
MG	Lontra	1.741.127,00	614.409,94	221
MG	Mirabela	357.007,43	125.205,95	41
MG	Montezuma	3.418.202,33	1.125.173,16	386
MG	Novo Cruzeiro	89.743,59	35.000,00	10
MG	Patis	1.526.990,17	527.268,71	191
MG	Rio Pardo de Minas	4.849.867,41	1.444.014,80	617
MG	Santo Antônio do Retiro	4.652.077,20	1.384.608,01	667
MG	São Francisco	11.500,00	3.105,00	1
MG	São João da Lagoa	111.220,00	33.454,40	11
MG	São João da Ponte	305.497,00	102.513,51	41
MG	São João do Pacuí	117.000,00	31.590,00	10
MG	Ubaí	67.700,00	18.279,00	6
Total		23.498.861,40	7.351.541,77	3.017

Fonte: Conab



PIRARUCU DE MANEJO

1) Introdução

A pesca do pirarucu na Amazônia começou a ser disciplinada pela antiga Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), hoje incorporada ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

A partir de 2 de setembro de 1976, através da Portaria nº 15, foi proibida sua captura, anualmente, no período de 1 de outubro a 31 de março. A portaria em questão tinha como objetivo preservar a espécie na época da reprodução. A partir daí vieram outras normas que tinham como objetivo principal preservar os estoques naturais de *Arapaima gigas*, nome científico do pirarucu.

O *Arapaima gigas*, chamado pirarucu no Brasil e *paiche*, no Peru, é considerado um dos maiores peixes de água doce do mundo, de ampla distribuição na bacia amazônica, com registros de ocorrência no Brasil, Peru, Colômbia, Bolívia sendo comum a existência de exemplares pesando 125kg a 200kg. Apresenta ciclo reprodutivo longo, atingindo a maturidade sexual com 4 a 5 anos, com peso em torno de 40 a 45 kg, chegando a atingir cerca de 200kg e comprimento de aproximadamente 1,65. Tradicionalmente, o pirarucu é parte significativa da dieta dos habitantes que vivem próximos aos rios.

2) Mercado

A Conab incorporou recentemente (outubro de 2018) o acompanhamento dos preços do pirarucu de manejo no AM no sistema Siagro/Conab. Os municípios monitorados são: Fonte Boa, Maraã e Tefé no Amazonas. O período de intensa comercialização do pirarucu na região vai de setembro a início de dezembro podendo se estender até janeiro e fevereiro.

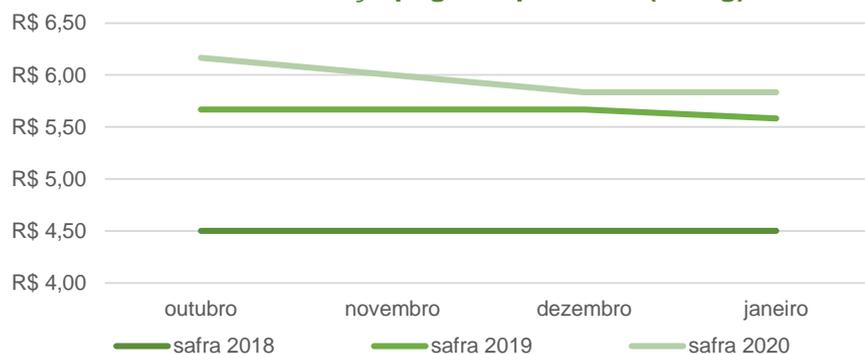
Quadro 1 - Preços (R\$)										
AM	Safrá 2019					Safrá 2020				
	Out-19	Nov-19	Dez-19	Jan-20	Fev-20	Set-20	Out-20	Nov-20	Dez-20	Jan-21
Fonte Boa	4,50	4,50	4,50	4,75	4,00	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
Maraã	5,50	5,50	5,50	5,50	SI	6,50	6,50	6,00	5,50	5,50
Tefé	7,00	7,00	7,00	6,50	5,98	6,50	6,50	6,50	6,50	6,50

Fonte: Conab

Em 2020 a pandemia de corona vírus foi intensa, complicando o final da safra de pirarucu, pois os pescadores tiveram dificuldades de escoar a produção diante dos decretos de "lockdown" do

governo do Amazonas. Tal fato impactou também nos pedidos de subvenção à Conab. Muitos pescadores não conseguiram se organizar a tempo para entregar o pedido na Companhia.

Gráfico 1 - Preço pago ao produtor (R\$/kg)





1) Introdução

O umbu, fruto do umbuzeiro (*Spondias tuberosa*, da família *Anacardiaceae*), apresenta boa produtividade sob condições de semiaridez ocorrendo, predominantemente, por toda a Caatinga. Esse fruto é utilizado tradicionalmente nas áreas rurais do Nordeste como base alimentar e econômica, complementando a renda de agricultores familiares em áreas de escassez hídrica. A safra do umbu ocorre de dezembro a maio, podendo sofrer pequenas variações, a depender do clima e região, com o maior produção no primeiro mês do ano. Poderá, ainda, ocorrer uma segunda floração, se estendendo até final de junho, quando sobrevir precipitação nos meses subsequentes à primeira safra.

2) Mercado

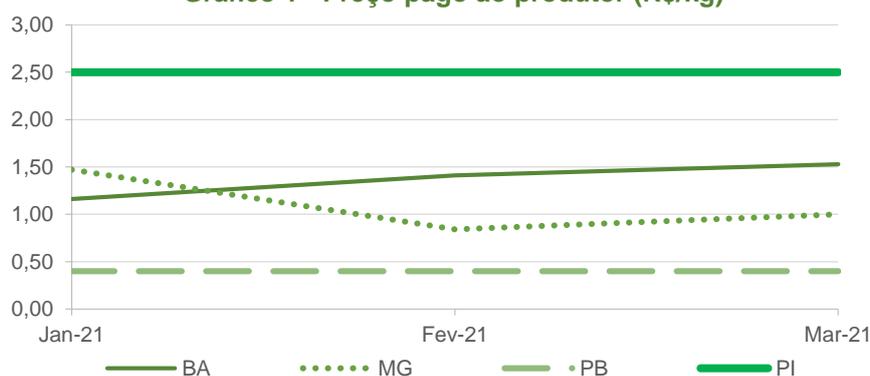
No Piauí, a invariabilidade dos preços ao longo das safras, conforme se visualiza no Gráfico 1, se explica pela insuficiência de canais de comercialização e indústrias agroalimentares, levando o produtor a vendas diretas ao consumidor ou em pequenos comércios e feiras. O

preço se mantém assim, num patamar alto, excluindo, portanto, a possibilidade do agricultor pleitear o subsídio da PGPM-Bio nos dois últimos anos.

Quadro 1 – Preços (R\$)						
UF	Mar/20	Fev/21	Mar/21	Var. Anual	Var. Mensal	Preço Mínimo
BA	1,06	1,41	1,53	44%	9%	0,84
MG	1,15	0,84	1,00	-13%	19%	
PB	0,35	0,40	0,40	14%	0%	
PI	2,50	2,50	2,50	0%	0%	

Fonte: Conab

Gráfico 1 - Preço pago ao produtor (R\$/kg)



desinteresse dos compradores locais, bem como a pouca articulação dos produtores no sentido de abrir novos canais de comercialização.

Segundo a superintendência da Conab na Bahia os informantes habituais de preços relatam que, normalmente o extrativista entrega parte da produção para pequenas indústrias que, por sua vez, beneficiam o produto e, naturalmente, aferem seus respectivos lucros. Esse *modus operandi* deixa-os sempre insatisfeitos com o preço pago pelos beneficiadores. Estes, por sua vez, afirmam que os valores pagos estão no limite da viabilidade econômica do negócio. Dessa forma, a fim de obter um valor maior, alguns extrativistas comercializam o fruto diretamente em feiras livres e até mesmo em pequenas vendas a beira das rodovias próximas.

A mesorregião do Norte de Minas é a principal produtora no estado, tendo como importantes expressões os municípios de Lontra e Japonvar. Já a microrregião de Janaúba, historicamente, comercializa cerca de 50% da safra. Em relação ao excedente da produção, atribui-se ao



Todavia, durante a pandemia, está acontecendo um fluxo menor de pessoas nas feiras e rodovias, o que reduziu a demanda por parte dos consumidores domésticos, contudo, a safra foi bem abaixo do esperado. Logo, o volume produzido foi comercializado rapidamente, determinando a escassez do produto no mercado baiano, o que elevou os preços nos meses de fevereiro e março.

Finalmente, na Paraíba, onde os preços se mantiveram estáveis, em baixo nível, desde a safra anterior, a safra que ora se encerra foi satisfatória em contraponto à sua comercialização. Assim, segundo os agricultores, em razão da pandemia, houve dificuldade de comercialização, dada a queda na demanda pela indústria local, a suspensão das aulas e consequente suspensão das compras por parte das escolas, redução das compras no varejo em função da restrição de circulação de pessoas nas rodovias, pequenos comércios e feiras locais. Ademais, até então, segundo agentes de informação à Conab, a comercialização se dava muito direcionada a algumas poucas cooperativas e que as dificuldades atuais fizeram com que, a partir de março deste ano, os produtores abrissem novos mercados em Pernambuco e no Piauí, o que está se apresentando como uma alternativa promissora para a equalização dos preços em patamares satisfatórios, o que pode ter contribuído para que os preços não caíssem no final da safra.